

3640  
9

## Licitação - CIOP

**De:** Regiane Alves <licitacao8.sp@somahospitalar.com.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 18 de maio de 2021 10:22  
**Para:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Assunto:** RES: INDEFERIMENTO DE SOLICITAÇÃO  
**Anexos:** PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NAUSICALM.pdf

Bom dia!


Segue pedido de reconsideração referente ao item DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50MG + 50MG/ML SOL. INJETÁVEL, referente ao Pregão 26/2020.

Por gentileza, analisar a solicitação em anexo.

Favor confirmar o recebimento deste.

Agradeço e me coloco à disposição.

Atenciosamente,

  
Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe do Setor de Licitações  
e Contratos CIOP  
RG: 42.187.355-3  
18/05/2021



**Regiane Moreira**  
Auxiliar de Licitação

☎ (11) 4122-9800  
✉ licitacao8.sp  
✉ licitacao8.sp@somahospitalar.com.br

### Política da Qualidade

Comercializar produtos para saúde e medicamentos, satisfazendo as necessidades dos nossos clientes, através do comprometimento com a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão da qualidade e com o atendimento aos requisitos.



**De:** Licitações <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>  
**Enviada em:** terça-feira, 11 de maio de 2021 13:17  
**Para:** vendas12.sp@somahospitalar.com.br  
**Assunto:** INDEFERIMENTO DE SOLICITAÇÃO

Boa tarde,

Segue decisão para conhecimento.

Att.,

**Geisiane Araújo**

Setor de Compras, Licitações e Contratos  
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP  
Fone: (18)3223-1116



São Bernardo do Campo, 17 de maio de 2021

AO

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**

Ref.: ao pregão eletrônico nº 26/2020

**SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, e-mail: licitacao.sp@somahospitalar.com.br, por intermédio de seu supervisor de licitação, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer:

**RECONSIDERAÇÃO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO c/ PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO**

do item 86 **DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50MG + 50MG/ML SOL. INJETÁVEL**, com base na Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37, inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

**BREVE RELATO**

A empresa licitante participou do Processo na modalidade Pregão eletrônico nº 26/2020, sagrando-se vencedora do item NAUSICALM B6, tendo assinado a Respectiva Ata de Registro de Preço.

Diante da elevação no custo de comercialização do medicamento, a Soma/MG solicitou revisão do preço do item em apreço, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro contratual, eis que o preço originariamente cotado se tornou insuficiente para suprir os custos e insumos do contrato, causando onerosidade excessiva à empresa licitante.

Apesar dos fatos, tal requerimento foi indeferido, razão pela qual a Soma/MG requer a presente reconsideração.

### **DAS RAZÕES E DIREITO**

Inicialmente, repisa-se que o direito ao reajustamento de preço tem amparo constitucional (art. 37, inc. XXI) e é devidamente regulamentado pelo artigo 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, tendo por finalidade evitar o enriquecimento ilícito das partes, razão pela qual negá-lo seria distanciar a norma de seu fim, admitindo que a Soma/MG assumira os prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico. Ademais, a revisão dos preços é necessária neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

Como sabido, a Soma/MG não tem ingerência na definição do preço de comercialização estabelecido pelo laboratório fabricante do item, segundo os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência (arts. 1º, inc. IV, e 170, inc. IV, da CRFB), e qualquer alteração neste afeta diretamente a empresa licitante, impedindo o fiel cumprimento dos contratos assumidos.

Da análise das notas e documentos em anexo, verifica-se que houve aumento de 43,96% no custo de comercialização do medicamento, elevação muito superior à inflação no período, de apenas 6,76%, demonstrando que ainda que a Soma/MG tenha adotado medidas para proteger suas operações dos riscos de possíveis variações mercadológicas, a elevação dos custos foi atípica e impossível de ser prevista, eis que extremamente superior à expectativa inflacionária no período.

Não bastasse, observa-se que o atual valor de aquisição do item é superior ao valor originariamente ofertado, demonstrando indubitável que a elevação nos custos impactou diretamente o contrato junto ao órgão de forma profunda a impossibilitar a sua manutenção sem que ocorra a revisão no valor pactuado.

Por certo, o distúrbio causador da desestabilização do mercado e aumento dos preços refere-se única e exclusivamente aos reflexos e impactos causados pela pandemia covid-19,





que resultaram no aumento dos custos das matérias primas e insumos utilizados na produção de medicamentos, que são em sua maioria originários do continente asiático.

Pelo exposto, é fato inegável que a elevação dos custos não se tratou de simples variação mercadológica e foge da normalidade, devendo ser considerada imprevisível, ou, no máximo, previsível de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária.

No mais, no que tange à possibilidade de revisão do preço, visando o reequilíbrio econômico contratual, em uma interpretação conjunta dos artigos 17 e 19, I do Decreto Federal nº 7.892/2013, outra não pode ser a conclusão se não a de permitir haver negociação do preço registrado em ata diante de fatos que elevem os custos do item, como no caso em comento, ou ainda, a liberação do compromisso de fornecimento pela empresa licitante, sem que ocorra a aplicação de penalidade, na ocorrência de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir com os compromissos.

Assim sendo, neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas, e diante da evidência de desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, outra não pode ser a conduta da Contratante se não a de revisar e atender o pleito, a fim de serem mantidas as condições efetivas da proposta e de que a Requerente tenha condições de dar continuidade ao fornecimento com base nos princípios do equilíbrio econômico financeiro, da boa-fé e segurança jurídica.

## DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se

- a. Seja deferida a presente reconsideração, para que ocorra a revisão do contrato, implementado o reequilíbrio econômico financeiro, passando o preço anteriormente registrado do item NAUSICALM B6 de R\$1,32 para R\$1,90, conforme provas;
- b. Subsidiariamente, caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, desobrigando a empresa do fornecimento do item, sem a aplicação de qualquer penalidade;
- c. A suspensão de novas solicitações do produto enquanto não houver deliberação final a respeito do presente requerimento.

3644  
R



Nestes termos,  
Pede Deferimento.

Leandro Rodrigues de Almeida  
Supervisor de Licitação  
RG nº 35.526.149 SSP/SP



## Calculadora do cidadão

Acesso público  
17/05/2021 - 16:05

[CALFW0302]

Início -&gt; Calculadora do cidadão -&gt; Correção de valores

## Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

## Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

## Dados informados

Data inicial	02/2020
Data final	04/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 ( REAL )

## Dados calculados

Índice de correção no período	1,06768990
Valor percentual correspondente	6,768990 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,07 ( REAL )

\*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).





3599  
8

Página 2 de 2

Página 2 de 2

Cod	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Ondade	Vlr. Unitario	Vlr. Total	B.C.ICMS	Vlr ICMS	Vlr IPI	IPI	ICMS
17309	Lote 1040819 Cod Fabr.: 2664 Cod EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, 26.66 Federal e 18.43 Estadual Fonte: IBPT. AZITROMICINA 500MG CP (O) PHARMASCIENCE Lote 219-006-20 Cod.Fabr.: 57399 Res. MS: 1171700700030 Cod.EAN13:	30042029	000	2102	CP	600	1,34200	805,20	805,20	32,21	0,00	0	4,04
3885	Tob. Anonx RS, 104.07 Federal e 96.82 Estadual Fonte: IBPT. CARBAMAZEPINA 2% SUSP 100ML (G) SANVAL PORT 344/98 (C1) Lote AY750 Cod.Fabr.: 3885 Res. MS: 1071402520089 Cod.EAN13: Tob. Anonx RS, 2.378.43 Federal e 0.00 Estadual Fonte: IBPT.	30049089	000	2102	FRC	2.000	8,47000	16.940,00	16.940,00	2.032,80	0,00	0	12,00
2004	DEXAMETASONA 2MG AMP 1ML (O) FARMACE Lote DE20H015 Cod.Fabr.: 07040010 Res. MS: 1108500320028 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, 637.53 Federal e 508.80 Estadual Fonte: IBPT.	30043999	000	2102	AMP	6.000	0,79200	4.740,00	4.740,00	568,80	0,00	0	12,00
4111	ENDROSTAN 70MG CP (ALENDRONATO SODIO) CELLERA Lote 00025614 Cod.Fabr.: 4111 Res. MS: 1044001570030 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, A.438.50 Federal e 3.960,00 Estadual Fonte: IBPT.	30049059	000	2102	CP	300.000	0,16500	33.000,00	33.000,00	3.960,00	0,00	0	12,00
4042	CLINDAMICINA 300MG CAPS (O) U. Q Lote 2100467 Cod.Fabr.: 4049 Res. MS: 1049713320018 Cod.EAN13: 7896006225744 Tob. Anonx RS, 728.83 Federal e 694.83 Estadual Fonte: IBPT.	30042049	000	2102	CPS	5.600	1,03400	5.790,40	5.790,40	694,83	0,00	0	12,00
2327	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML 100ML (G) HIPOLABOR PORT 344/98 (C1) Lote 112020 Cod.Fabr.: 10030528 Res. MS: 1134301420048 Cod.EAN13: 7898470682085 Tob. Anonx RS, 1.578.42 Federal e 0.00 Estadual Fonte: IBPT.	30039079	000	2102	FRC	4.000	2,93400	11.736,00	11.736,00	1.458,32	0,00	0	12,00
2416	EPILENTIL 250MG CAPS (ACIDO VALPROICO) BIOLAB PORT 344/98 (C1) Lote 1054248 Cod.Fabr.: 2664 Res. MS: 1097400460023 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, 3.458 Federal e 3.76 Estadual Fonte: IBPT.	30049099	000	2102	CPS	250	0,19200	48,00	48,00	5,76	0,00	0	12,00
2416	EPILENTIL 250MG CAPS (ACIDO VALPROICO) BIOLAB PORT 344/98 (C1) Lote 1055118 Cod.Fabr.: 2664 Res. MS: 1097400460023 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, 3.106.92 Federal e 193,54 Estadual Fonte: IBPT.	30049099	000	2102	CPS	8.400	0,19200	1.612,80	1.612,80	193,54	0,00	0	12,00
2702	PREDNISOLONA 5MG CP (O) SANVAL Lote AY561 Cod.Fabr.: 20202.0001 Res. MS: 1071402370044 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, A.438.50 Federal e 3.960,00 Estadual Fonte: IBPT.	30043290	000	2102	CP	600.000	0,05500	33.000,00	33.000,00	3.960,00	0,00	0	12,00
43605	PARACETAMOL + CODEINA 500+30MG CP (O) GEOLAB PORT 344/98 (A2) Lote 2017884 Cod.Fabr.: 43605 Res. MS: 1543302010079 Decr: 21 Cod.EAN13: 7899095217682 Tob. Anonx RS, 1.333,54 Federal e 688.83 Estadual Fonte: IBPT.	30048045	020	2102	CP	31.200	0,31540	9.840,48	8.866,27	1.063,93	0,00	0	12,00
51430	OLEO MINERAL 100% FR 100ML FAIRMALX Lote 0000000012 Cod.Fabr.: 30001485 Res. MS: NOTIFICADO Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Anonx RS, A.593.10 Federal e 3.651,84 Estadual Fonte: IBPT.	30049099	000	2102	FRC	19.200	1,58500	30.432,00	30.432,00	3.651,84	0,00	0	12,00
5	NAUSICALM B6 IN 50MG 1ML IM (DIMENIDRIL PIRIDOXINA) U. Q Lote 2039488 Cod.Fabr.: 57635 Res. MS: 1049711280027 Cod.EAN13: 7896006272717 Tob. Anonx RS, 620.99 Federal e 732.48 Estadual Fonte: IBPT.	30045090	000	2102	AMP	4.000	1,52000	6.104,00	6.104,00	732,48	0,00	0	12,00





Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alves Dias - 09.851-860  
São Bernardo do Campo - SP Fone/Fax: (11) 4122-9800  
CNPJ: 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 635.487.579.110  
Insc. Estadual Sub. Tributário:

## ESPELHO DA DANFE

DANFE  
Documento Auxiliar de  
Nota Fiscal Eletrônica

1-Saída 2  
2-Entrada  
No. 398823  
Série 1



Chave de Acesso  
3120.0260.6659.8100.0975.5500.1000.3988.2311.7742.5682

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
[www.nfe.fazenda.gov.br/portal](http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal) ou no site da Sefaz Autorizadora

Protocolo de autorização de uso

Natureza Operação  
compra para comercialização

### DESTINATÁRIO/REMETENTE

Razão Social  
UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A

Endereço  
R0D FERNÃO DIAS - BR 381

Município  
POUSO ALEGRE

Fone/Fax  
011 5586-2000

S/N

PARTE 2KM 86

Bairro Distrito

DISTRITO INDUSTRIAL

CNPJ / CPF  
60.665.981/0009-75

Data Emissão  
22/02/2020

Data Entrada/Saída

CEP  
37.556-830

Inscrição Estadual  
525775526.03-75

Hora de Entrada/Saída

### FATURA DUPLICATA

04/04/2020 6.171,26	18/04/2020 6.171,26	02/05/2020 6.358,28							
------------------------	------------------------	------------------------	--	--	--	--	--	--	--

### DADOS DO PEDIDO

Número  
222501

Empenho

Vendedor

### DADOS BANCARIOS

Deposito Conta

### CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS

17.302,92

Valor do ICMS

2.076,35

Base de Cálculo do ICMS Substituição

Valor do ICMS Substituição

Valor Total dos Produtos

Valor do Frete

0,00

Valor do Seguro

Valor do Desconto

0,00

Outras Despesas Acessórias

0,00

Valor do IPI

Valor antes de Tributos

Valor Total da Nota

18.700,80

### TRANSPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social

Endereço  
EST SAMUEL AIZEMBERG

Quantidade / Volumes  
17

Espécie

Marca

1100

Frete por Conta

0-Remetente (CIF)

Código ANTT

Placa do Veículo

UF

CNPJ / CPF

05.847.630/0001-10

Município

SÃO BERNARDO DO CAMPO

UF

SP

Inscrição Estadual

635.487.579.110

Numeração

Peso Bruto (Kg)

55,300

Peso Líquido (Kg)

55,300

Cubagem Total

### ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço  
R0D FERNÃO DIAS - BR 381

Município  
POUSO ALEGRE

S/N

Complemento  
PARTE 2KM 862

Bairro Distrito

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37.556-830

### DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Qtde	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Qtde	Vir. Unitário	Vir. Total	BC ICMS	Vir. ICMS	Vir. IPI	IPI	ICMS
3716	NAUSICALM B6 INT 50MG 1ML IM (DIMENID. PIRIDOXINA) U.Q. Lote: 2002439 31/01/2022 Fabr.: 23/01/2020 Cod.Fabr.: 2735 Res. MS: 1049711280027 Cod.EAN12: 7806004212117 Descr. 21	30045090	020	3102	AMP	3.000	1,06000	3.120,00	1.910,12	229,21	0,00	0	12,00
1882	NORMASTIG 0,5MG AMP 1ML (NEOSTIGMINA) U.Q. Lote: 2000312 31/01/2022 Fabr.: 03/01/2020 Cod.Fabr.: 1882 Res. MS: 1049714060044 Cod.EAN12: 7806004212117 Descr. 21	30049049	000	2102	AMP	7.000	0,65440	4.580,80	4.580,80	549,70	0,00	0	12,00
48214	UNI HIOSCIN 10MG CP (ESCOPOLAMINA) U.Q. Lote: 2001569 31/01/2022 Fabr.: 08/01/2020 Cod.Fabr.: 48054 Res. MS: 1049712310019 Cod.EAN12: 7806004212117 Descr. 21	30049069	020	2102	CP	30.000	0,40000	12.000,00	10.812,00	1.297,44	0,00	0	12,00

Base de cálculo com dedução de PIS e COFINS conf. Convenio 34/2006. Venda sujeita a alíquota diferenciada, conforme lei 10.147/2000. CASO NECESSITE DO CERTIFICADO DE ANÁLISE, SOLICITAR POR EMAIL.  
CERTIFICADO@UNIAOQUIMICA.COM.BR. OC 222501. Ordem de venda: 0005342023. Remessa: 0082048488. Documento de transporte: 0010029941.

### DADOS ADICIONAIS

Informações complementares

Decreto 7. CONVENIO ICMS 34/2006 (ALÍQUOTA 12%)

Reservado ao Fisco

**MEMORANDO INTERNO N ° 102/2021**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Pedido de Reconsideração de Reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2020

**Interessado:** SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 131/2020

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, às fls. 3.676/3.683, sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 86 – **DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL**.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2021



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 20 / 05 / 2021

Setor Jurídico: 



3657  
g

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS (MEMORANDO INTERNO Nº 102/2021).**

**ORIGEM: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

**OBJETO: RECONSIDERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL E ALTERNATIVAMENTE A RESCISÃO DO ITEM**

### **RELATÓRIO**

1. Trata-se de pedido de reconsideração de decisão proferida sobre pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL**, e alternativamente a rescisão do item, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL, registrado na ata do Pregão Eletrônico nº 26/2020 de R\$ 1,32 para R\$ 1,90 e juntou documentos em fls. 3.645/ 3.648 (cálculo do IPCA e notas fiscais).

3. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL, recebido/protocolado em 20/05/2021, bem como os documentos de fls. 3.645/ 3.648 (cálculo do IPCA e notas fiscais).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

INJETÁVEL, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA reitera a solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro do item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe, fundamentando sua exordial que houve um aumento do preço do medicamento em razão da pandemia do COVID-19 sendo este fortuito e inesperado.

8. Embasa o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3.645/ 3.648(calculo do IPCA e notas fiscais).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 3.641/3.648.

11. Não traz à baila nova argumentação para o pedido exarado, repisa, como fulcro de sua exordial, o argumento de que a pandemia COVID-19 e os impactos desta na economia, ocasionaram um aumento de preço dos medicamentos em razão da alta do custo de sua aquisição sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado.

12. Como apresentado em sua peça, para ser possível a recomposição dos valores ou o cancelamento do item registrado, o que poderia ocorrer de forma excepcional, necessária a comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.



13. No entanto, apesar da previsão legal e da aceitação doutrinária da possibilidade da alteração no preço registrado, não é esta a posição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão que fiscaliza diretamente esta Autarquia.

14. Está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

15. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Cidadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

16. Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata. Assim como para cancelar os itens, é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

17. Portanto, mantemos a posição do parecer já exarado, não vislumbrando a possibilidade jurídica do realinhamento do preço e fundamento plausível para considerar cancelamento da SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., eis que não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço" vez que é entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que não é dever da Administração manter a lucratividade da ata de registro de preço.

18. Trata-se de reiterações da solicitação sendo importante enfatizar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

**"VIII – SANÇÕES**

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa,

3661  
aj

correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

19. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às*





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

*contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta". (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).*

20. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

21. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

### CONCLUSÃO

22. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;





3663  
g

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 20 de maio de 2021.

  
Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO  
Diretora Jurídica

**MEMORANDO INTERNO Nº 110/2021****De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretor Executivo**Assunto:** Reconsideração da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2020 – Ata nº 131/2020**Interessado:** Soma/SP Produtos Hospitalares LTDA.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.657/3.663, que opinou pelo indeferimento do pedido de reconsideração sobre o realinhamento de preço do item **nº86** (DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato justificável.

Presidente Prudente, 21 de maio de 2021

  
**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO**

**Assunto:** Reconsideração da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2020 – Ata nº 131/2020

**Interessado:** Soma/SP Produtos Hospitalares LTDA.

Trata-se de pedido de reconsideração sobre a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do item 86 (DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL), registrado na Ata de Registro de Preços nº 131/2020, alegando, em síntese, o aumento do preço dos produtos.

O Setor Jurídico às fls. 3.657/3.663, opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.847.630/0001-10**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 21 de maio de 2021



**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
Diretor Executivo-CIOP



# CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

3675  
ay

## DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Pedido de Reconsideração sobre a solicitação de Realinhamento de Preço de Item. ARP nº 131/2020. Pregão Eletrônico nº 26/2020. Interessada: **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ nº 05.847.630/0001-10**. Decisão: **Delibero pelo não acolhimento do pedido de realimento de preço do item 86 (DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL)**, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 21 de maio de 2021.

